**Ensaio sobre o conceito de *akrasia* em Aristóteles**

Antes de começar a discorrer sobre esse conceito, faz-se necessário salientar que a obra de Aristóteles é analisada com base na tradução de “Os Pensadores”, da Abril Cultural. Ademais, o estudo é complementado pelo artigo “Sobre a *akrasia* em Aristóteles”, de Richard Robinson. Este é um breve ensaio sobre o tema e visa, por conseguinte, elucidar o tema de maneira geral.

A *akrasia*, ou incontinência, é analisada por Aristóteles em seu livro VII, dos capítulos 1 ao 10. Ele começa a tratá-la quando afirma que “Agora, devemos falar da incontinência e da moleza (ou efeminação), e de seus contrários, a continência e a fortaleza.” (1145a35). Entretanto, antes de apresentá-la, Aristóteles a posiciona num rol de “disposições morais a serem evitadas”, juntamente com o vício e a brutalidade.

Logo em seguida, ele apresenta seu método filosófico (dialético) para passar em revista o assunto. Ele explica que, primeiramente, serão estabelecidos os fenômenos ou aparências. Dá-se a entender que tudo que é aparente, ou evidente aos sentidos, será estabelecido. Todavia, não se trata de evidências empíricas, mas sim de opiniões reputadas sustentadas pelas pessoas ou sábios (*endoxa*) que serão consideradas como ponto de partida para a matéria moral. Seguindo seu método, serão percorridas filosoficamente as dificuldades (*aporias*). Interpreta-se que os fenômenos levantados anteriormente suscitam dificuldades que devem ser resolvidas. Eles podem ser conflitantes e contraditórios entre si, além de não muito claros. Finalmente, a última etapa é a prova das *endoxa*. Nesse sentido, a análise utilizando esse método visa provar, por meio de argumentos, boas ou más opiniões reputadas.

Em seguida, Aristóteles descreve o que se costuma dizer sobre a continência, a incontinência, a fortaleza e a moleza. É interessante frisar que, nesse ponto, Aristóteles já ensaia definições de homem incontinente e continente e as relaciona com o temperante e intemperante. Costuma-se dizer, segundo ele, que o temperante é incontinente, mas não seu contrário. Quanto ao incontinente e o intemperante a recíproca parece ser verdadeira. Além disso, o continente parece saber que seus apetites são vis, mas recusa-se a segui-los, pois ouve a seu princípio racional. O incontinente, por sua vez, sabe que seus atos são vis, mas os faz levado pelas emoções ou paixões (*pathos*). Dado que apetites e emoções fazem parte da parte não racional da alma capaz de ouvir a razão, pode-se inferir, dessa passagem, que o continente ouve a razão e o incontinente não a ouve.

Logo após são analisadas as dificuldades (*diaporein*). Aristóteles começa por perguntar “como é possível que um homem que julga com retidão se mostre incontinente em sua conduta.”. (1145b19-20) Nesse momento, é apresentada a tese socrática de “quem sabe, não erra.”. Sócrates afirmava que não poderia ser possível, que alguém tenha conhecimento e ele seja dominado por alguma outra coisa. Se um homem conhece, ele não pode errar. Não seria possível, portanto, existir o acrático. Para Sócrates, não é possível ter conflito entre a ação e o conhecimento. Se o agente moral erra, para ele, é por ignorância.

Aristóteles, então, busca mais detalhes: caso a tese socrática seja verdadeira e alguém aja por ignorância, é necessário que seja explicado que tipo de ignorância se trata (1145b30). Robinson interpreta essa passagem como sendo dúbia. Ou Aristóteles se refere à tese socrática e demanda maiores explicações da parte de Sócrates acerca de que tipo de ignorância é tratada, ou se refere à sua própria tese que está a desenvolver, satisfaz o que Sócrates afirma, mas distingue a natureza da ignorância, de modo a sustentar que o acrático sabe que seu ato é errado. De qualquer sorte, Aristóteles parte da opinião reputada de Sócrates e tenta entender qual seria a ignorância.

Dispostas as opiniões, Aristóteles tenta entender, em seu capítulo 3, se há conhecimento no caso do acrático. É analisado “primeiro se as pessoas incontinentes agem cientemente ou não – e cientemente em que sentido; [em seguida] com que espécie de objetos se pode dizer que têm relação o homem incontinente e o continente.”. (1146b6) Pode-se destacar do capítulo 3 que, para Aristóteles, o homem incontinente em sentido absoluto se relaciona com o mesmo objeto do homem intemperante. Entretanto, eles se distinguem pelo modo de agir. Enquanto o incontinente em sentido absoluto age deliberadamente, o intemperante busca os prazeres, embora não pense assim. Ademais, alguns tomam opinião como conhecimento quando agem. Nesse caso, ter muita convicção seria como ter conhecimento efetivo, mas, por uma convicção fraca, há um conflito e, consequentemente, um fracasso moral.

Em seguida, Aristóteles aponta o que Robinson chama de “quatro soluções” à *aporias* apresentadas. Primeiramente, (1) distingue-se dois tipos de conhecimento: (a) em potência e (b) em ato. Este se refere a possuir o conhecimento e praticar e aquele ao seu inverso. Em segundo lugar, (2) Aristóteles introduz o silogismo prático e afirma que um homem pode possuir dois tipos de premissas (universal e particular) e utilizar apenas a universal em seu ato. Logo após, (3) explica melhor um caso de possuir conhecimento, mas não usar. Afirma que os que agem sob influência das emoções assemelham-se aos que dormem, aos loucos e aos embriagados. Por fim, (4) explica em mais detalhes a lógica do silogismo prático. Quando as premissas se unem, a ação se dará imediatamente. Nesse momento, segundo Robinson, Aristóteles se aproxima mais de Sócrates. Aristóteles segue sua explicação e afirma que há um segundo caso: caso haja (a) uma premissa universal proibitiva e ao mesmo tempo (b) uma premissa de que “tudo que é doce é agradável” e, ainda, (c) outra particular de que “isto é doce” aliada a (d) um apetite ou desejo, segue-se que: (I) uma das premissas nos manda evitar o objeto e (II) o apetite nos conduz ao objeto. Conclui-se que “um homem age de maneira incontinente sob influência de uma razão e de uma opinião que não é contrária em si mesma, porém acidentalmente à reta razão.”. (1147a36-b4)

Aristóteles segue seu método e, nos capítulos seguintes, analisa se há um homem incontinente absoluto ou se um homem incontinente sempre se relaciona com algum tipo de objeto. Neste ponto, ele faz a distinção entre coisas que causam prazer e são (a) necessárias, como a alimentação e a conjunção sexual ou (b) merecedoras de escolha por si mesmas, como a vitória e a riqueza. No caso das segundas, dizemos que o homem é incontinente com relação a algo, ao passo que no tocante às primeiras não há especificação quanto ao objeto da incontinência.

Sua análise termina no capítulo 10, no qual Aristóteles questiona se é possível que haja um homem de sabedoria prática e acrático. Ele afirma que pode haver alguém hábil e acrático, mas alguns pensam que haja certas pessoas dotadas de sabedoria prática e acráticos. Entretanto, a habilidade e a sabedoria prática diferem-se quanto ao seu propósito. Finalmente, Aristóteles faz uma analogia entre o homem acrático e a *polis*, afirmando que o acrático é só meio mau e se parece com uma polis “que aprova todos os decretos apropriados e tem boas leis, mas não as põe em prática.” (1152a20)

**Referências bibliográficas**

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Trad. Leonel Vallandro; Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ROBINSON, R. Sobre a Akrasia em Aristóteles. In. ZINGANO, M. (ORG.). Sobre a Ética Nicomaqueia de Aristóteles. São Paulo: Odysseus, 2010, p. 65-84.